

PROTOCOLO

Entre Associação das Colectividades do Concelho de Matosinhos (doravante ACCM) com sede na Rua Conde Alto de Mearim, N.º 385, Código Postal 4450-034, Matosinhos, com o número de identificação de pessoa colectiva 504 621 076, representada pelo seu presidente de direcção Joaquim Ventura e PMCE Advogados, representada pelos Exmos. Dr. Pedro Carvalho Esteves, Dr.ª Paula Mesquita e Dr.ª Rebeca Bargão, com domicílio profissional na Rua Alfredo Cunha, nº 338, Sala 2, Código Postal 4450-233 Matosinhos, é celebrado o presente protocolo, que se rege pelo Ponto DOIS da ata n.º 7 da Reunião da Direcção da ACCM, realizada no dia 26 de Abril de 2018 na sede, com as cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto do Protocolo

O presente protocolo tem como objetivo fornecer apoio jurídico às associações e sócios associados à ACCM, com preços diferenciados para os mesmos;

Cláusula 2.ª

Obrigações da ACCM

A ACCM obriga-se a divulgar o presente protocolo a todas as associações e sócios que estejam a esta associados, assim como a ceder espaço nas suas instalações para efeito de atendimento aos seus associados.

Cláusula 3.ª

Sessões de esclarecimentos

A PMCE Advogados dispõe-se a realizar sessões de esclarecimentos aos associados da ACCM sempre que se demonstre necessário ou seja da conveniência da ACCM e dos seus associados.

Cláusula 4.ª

Validade do Protocolo

Este protocolo tem a validade de 5 anos, renováveis por iguais períodos até denúncia das partes.

Cláusula 5.ª

Consultas jurídicas

A PMCE disponibilizará 1 dia de consulta jurídica na sede da ACCM, sendo este dia dividido da seguinte forma:

- I. 1 Manhã (segunda-feira)
- II. 1 Tarde (sexta-feira)

Em situações urgentes, ou se os dias em programados coincidirem com feriados, serão agendados dias diferentes, sendo tal facto publicitado e divulgado.

Cláusula 6.ª

Preçário

Os preços serão cobrados da seguinte forma:

- I. Consulta – 20€/uni
- II. Hora de trabalho – 40€/h
- III. Documentos escritos – 40€/uni
- IV. Certificação de documentos – 10€/uni

A estes preços convencionados acrescem taxas de justiça e outros emolumentos, se aplicáveis.

§Este protocolo propõe praticar preços diferenciados e abaixo dos preços regularmente praticados no mercado tendo em consideração a responsabilidade social da PMCE Advogados, a cooperação necessária entre agentes da economia social e as reconhecidas carências e dificuldades económicas da ACCM e das associações a si agregadas.

Matosinhos, 30 de Maio de 2018

Pela ACCM,

Pela PMCE Advogados,